

AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS E INCLUSÃO CURRICULAR DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS: NOTAS DO INTERLACE ENTRE AVALIAÇÃO, INCLUSÃO E DIFERENCIAÇÃO CURRICULAR, ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO

Graça Luanda¹, Maria Teixeira², Paula Miúdo³

Abstract: Assessment and curricular inclusion, as a requirement and educational need, have been at the origin of reflections and experiences that expand, above all, the need to consider the cognitive and cultural peculiarities of students as relevant factors in the management of their teaching-learning process. As this is an educational factor, the school is required to adapt teaching models, developing learning for all to maximize students' opportunities, especially students with educational needs. In this article, we intend to understand the implications of the learning assessment process and inclusion in Angolan education, reflecting on the image of the teacher as a learning agent par excellence. In this sense, we used a qualitative approach, focusing on the theoretical bibliographic survey on the theme presented in this work. This article consists of a theoretical essay where we looked into authors such as Alarcão (2018) (Correia L.M, 2013) among others, who address the theme mentioned above. The general aim is to reflect on the intersections between assessment, inclusion and curricular differentiation in the Angolan context, in an integrative approach. We show that assessment, inclusion and curricular differentiation are three components that we have to take into account in order to guarantee students' level of learning and provide them with the skills to participate autonomously in any educational context.

Keywords: Learning Assessment, Curricular Inclusion, Special Needs Students

Resumo: A avaliação e a inclusão curricular, como exigência e necessidades educativas, têm estado na origem de reflexões e experiências que expandem, sobretudo, as necessidades de considerar as peculiaridades cognitivas e culturais dos alunos como fatores relevantes da gestão do seu processo de ensino-aprendizagem. Tratando-se de um fator educacional, exige-se da escola a adequação de modelos de ensino, desenvolvendo uma aprendizagem para todos de forma a maximizar as oportunidades dos alunos, sobretudo daqueles que evidenciam necessidades educativas especiais. No presente artigo, pretendem os compreender as implicações do processo de avaliação de aprendizagem e de inclusão no ensino angolano, trazendo à reflexão a imagem do professor como agente de aprendizagem por excelência. Neste sentido, utilizamos a abordagem qualitativa, primando pelo levantamento teórico bibliográfico acerca da temática apresentada neste trabalho. O presente artigo consiste num ensaio teórico onde procuramos autores como (Alarcão, 2018), (Correia L.M, 2013), entre outros, que abordam a temática referenciada acima. O objetivo geral é refletir sobre o cruzamento entre a avaliação, inclusão, diferenciação curricular no contexto angolano, em uma proposição integradora. Evidenciamos que a avaliação, a inclusão e a diferenciação três componentes que temos de ter em consideração para garantir o nível de aprendizagem dos alunos curricular são e proporcionar-lhes competências em participar de forma autónoma em todo contexto educacional.

Palavras-chave: Avaliação das aprendizagens, Inclusão Curricular, Alunos com Necessidades Educativas Especiais.

¹ Docente de Práticas Pedagógicas na EMP11N e doutorando em Diversidade e Educação Especial pela Universidade de Aveiro. gracaluanda2@ua.pt

² Docente e Psicóloga na Escola Superior de Guerra das FAA DSS, doutoranda em Didática Desenvolvimento Curricular pela Universidade de Aveiro andr.teixeira@ua.pt

³ Docente de Prática Pedagógica e NEE na ULAN e doutoranda em Supervisão e Avaliação pela Universidade de Aveiro Paula.miudo@ua.pt



A educação inclusiva tem uma importância fundamental, pois tem como princípios básicos a minimização de todo e qualquer tipo de exclusão em arenas educacionais e, com isso, eleva ao máximo o nível de participação coletiva e individual dos seus agentes. Segundo a Lei nº20/30 de 12 de agosto. Lei que Altera a Lei nº 17/16, de 7 de outubro de Lei de Base de Sistema de Educação e Ensino, (2020) faz referência especificamente à universalidade, definindo-a como: “o sistema de educação e ensino tem carácter universal, pelo que, todos os indivíduos têm iguais direitos ao acesso, à frequência e ao sucesso escolar nos diversos níveis de ensino”, O presente artigo consiste num ensaio teórico. Que segundo (Larrosa B. J. et al., 2004) o ensaísta não define conceitos, mas desdobra e tece palavras, precisando-as nesse desdobramento e nas relações que estabelece com outras palavras, levando-as até o limite do que podem dizer, deixando-as à deriva”. O intuito é trazer conteúdos relevantes a temáticas sobre a avaliação das aprendizagens e a inclusão curricular de alunos com necessidades educativas.

A forma como se procedem os professores face à diversidade dos alunos, à diferença de necessidade da educação especial, a melhoria de competências que favorecem, às estratégias e metodologias que utilizam, assim como ao sistema de avaliação que implementam, funcionam como vários fatores positivos ou negativos que, se não forem aplicados de modo coerente com as características dos alunos, poderão contribuir para a sua exclusão. Para tal, é necessária formação contínua dos professores e capacitá-los para trabalharem em conjunto, no sentido de atenderem todos os alunos que apresentam necessidades educativas. O problema desta investigação é: analisar o processo de avaliação das aprendizagens e da inclusão de diferenciação curricular. O objetivo geral é refletir sobre os atravessamentos entre a avaliação, inclusão, diferenciação curricular, em uma proposição integradora em Angola.

AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS

A avaliação é um processo natural e acontece para conhecer o resultado do rendimento que se espera a cada dia. Poderíamos falar da avaliação em várias vertentes ou em várias esferas como por exemplo, compreender a importância na esfera humana. No entanto, o nosso foco direciona-se para avaliação do ensino e aprendizagem.

O ato avaliativo no ensino profissional possui uma natureza singular, contudo, não se difere do processo realizado em outras modalidades de ensino, uma vez que sua distinção está nas formas de duplicação dos instrumentos avaliativos, pois há uma diversidade maior de situações que requerem observação do desempenho do aluno, pois nesse segmento é bom que se envolva a relação teoria e prática” e para que não haja escassez na temática de interesse em outro contexto. Para Loureiro, (2013) “podemos dizer que a singularidade da avaliação na educação se deve à sua necessidade de atender aos requisitos educacionais básicos pautados na interdisciplinaridade e na transdisciplinaridade”. Logo, avaliar o desempenho dos alunos na educação, na perspetiva de aprendizagem por competências, requer o planeamento e a execução de estratégias que devem ir além da aferição instrumental, do fazer futuro profissional descrito no modelo pedagógico, facilmente atestado pela observação direta do exercício desse fazer.

Perrenoud (1999) por outro lado, associa a avaliação realizada quotidianamente nas escolas à criação de hierarquias de excelência, onde os estudantes são comparados e, depois, classificados conforme normas de excelência que são externas às realidades de cada um e do seu contexto”.

Para Hadji (2001) a despeito deste contexto crítico, é conhecido que a avaliação é aquela que se situa no centro da ação de formação”. É a avaliação que proporciona o levantamento de informações úteis à regulação do processo ensino-aprendizagem, contribuindo para a efetivação da atividade de ensino”. Nesse sentido, dizemos que a avaliação é um processo importante no ensino-aprendizagem, porque é inserido para a medir a qualidade obtida no percurso formativo.

Além disso, Alarcão (2018) afirma que “uma escola reflexiva é uma escola com vida, nas dimensões cognitiva e metacognitiva por tanto, ela pensa, confrontam avalia, mas também ela atua na dimensão interativa entre o pensamento e a ação, entre o passado o presente e o futuro, entre a escola e a sociedade, entre os diferentes atores). É uma organização que tem rumo ao desenvolvimento (pessoal, profissional, institucional). É uma escola, é um centro de produção de saberes, nisto, portanto, dá-nos a entender que todo o currículo, se forma desde as estruturas máximas (na sua elaboração, as administrações nacionais), e vai até àquilo que é o dia a dia que ocorre nas salas de aulas (micro). Este deve ser o fim do ensino e aprendizagem, para que assim se alcancem as metas preconizadas. Portanto, um currículo deve ser aberto e flexível permitindo que os profissionais realizem as funções essenciais adequadamente e que vão ao encontro das aprendizagens analisadas socialmente e que sejam relevantes para uma determinada comunidade.

A avaliação é uma componente que rege a formação, tanto dos alunos em condições ditas normais, como dos alunos com necessidades educativas. Notamos que a inclusão destes alunos nem sempre é fácil. Por diversas razões, alguns deles são muitas vezes excluídos pela sociedade devido às suas incapacidades. Desta forma, a avaliação deve estar atrelada à atenção diversificada, para melhora adaptação do currículo mediante as diferentes características e necessidades educativas de cada aluno.

Breve Historial Sobre a Inclusão

Não podemos falar de inclusão das pessoas com necessidades educativas sem antes refletirmos sobre as dificuldades que elas foram tendo ao longo dos tempos. É, portanto, essencial fazer uma análise das representações ao conceito de “inclusão”, tendo em consideração uma perspetiva histórica.

Para Rodrigues (2004) refere que o “reconhecimento dos direitos do homem é um assunto com uma longa, ainda que recente, história. Quando se contempla o panorama histórico na perspetiva da dignidade da pessoa enquanto ser humano, não podemos deixar de ter uma visão muito pessimista e negativa. Contudo, o autor explica que a declaração da independência dos Estados Unidos da América afirma dar “direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade em 1787, no preâmbulo da constituição deste país, em que se define os direitos básicos dos cidadãos”. Em 1789, a declaração dos direitos do homem e do cidadão, em França, estabeleceu a famosa trilogia da revolução francesa: *igualdade, fraternidade e liberdade*.

E, finalmente, em 1791, a lei dos direitos dos Estados Unidos da América que, formalmente, limita os direitos do estado e protege os direitos dos cidadãos. Pelo que podemos entender e pelo que consta na lei dos direitos humanos, todo o cidadão deve ter direito à vida e atuar na sociedade, onde seja respeitado, aceite e com liberdade de expressão. (Rodrigues, 2004).

Segundo Freire (2008, p. 5,20) no seu artigo “Um olhar sobre a inclusão”, “a inclusão é um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos a participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceites e respeitados naquilo que os diferencia dos outros”.

Tal como em outros países, Angola não foge à regra da inclusão. Segundo a “Política Nacional de Educação Especial Orientada para a Inclusão Escolar” Luanda, G. (2018) diz, a grande rutura com o modelo segregacionista está descrita nos princípios orientadores da Declaração de Salamanca, Espanha, 7-10 de Junho de 1994 que induziu os países signatários, sendo Angola um desses países, a incluir nas suas escolas todas as crianças independentemente das suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquando da adesão de Angola à Declaração de Salamanca, estabeleceu-se uma nova perspetiva de atuação da modalidade”. No início, ampliou-se o público-alvo da educação especial para todas as crianças e jovens com “necessidades educativas especiais” termo que se referia a toda a criança ou jovem que apresentasse necessidades educativas específicas, em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem.

Na mesma senda do desenvolvimento de inclusão, segundo os autores abaixo citados pela Miúdo, P. (2019) o envolvimento do Ministério da Educação de Angola, através do Instituto Nacional de Educação Especial (INEE) permitiu a evolução do atendimento nesta modalidade de ensino. Verificou-se o aumento de escolas especiais (de quatro estabelecimentos, em 2011, para catorze escolas, em 2012) e de salas integradas (de 7, em 2002, para 687 salas, em 2012). Luciano (2014) citado por (Chambal A. L. et al., 2015) salienta que, com base nos dados disponíveis no Caderno de Dados Estatísticos do INEE, de 2008, houve o aumento no acesso ao ensino especial e melhorias, no que diz respeito à formação contínua dos profissionais, que dispõem de acompanhamento, por meio de auxílio técnico e apoio emocional.

“Em todo mundo ocidental, durante o século XIX e grande parte do século XX, houve um período prolongado de educação especial para pessoas com deficiências. As instituições para pessoas com deficiências continuaram a crescer em número e tamanho durante o final do século XIX até à década de 50” (Stainback, S., & Stainback, W. 1999).

CONCEITO/INCLUSÃO

A inclusão é vista, principalmente, como a colocação em prática de valores inclusivos. É um compromisso com determinados valores que explicam o desejo de superar a exclusão e promover a participação. Se não estiver vinculada a valores profundamente enraizados, então a tentativa de inclusão pode representar a simples adesão a uma moda qualquer ou atendimento a instruções de cima para baixo” Booth & Ainscow, 2011, citados por Branch (2017).

Consideramos que a inclusão é uma mudança social e educacional, que se baseia em atitudes que favorece a igualdade. Para que tal se torne possível, o governo, a comunidade, as escolas, os professores e a família devem investir um grande esforço em modificar práticas educacionais e limpar todas as barreiras que condicionam, para garantir o acesso a todos os alunos.

Segundo os autores, Booth & Ainscow, 2011, citados por Branch (2017) esclarecem que a inclusão é o estreito relacionamento com a proposição, a adoção e a prática de princípios e valores, entre os quais, cinco são destacados como mais importantes: a participação, a igualdade, a comunidade, o respeito pela diversidade e pela sustentabilidade. Destes, os autores dão especial destaque ao princípio da participação. A participação é, assim, conceito-chave para se compreender e praticar a inclusão. Não pode haver inclusão sem participação.

Atualmente nota-se que existe uma madureza no sistema do ensino, o aluno com necessidades educativas especiais recebe uma educação mais adequada às suas características do que recebia anos atrás. No âmbito da escola, o conceito de “Educação Integrada” relaciona-se com a noção de

escola como espaço educativo aberto, diversificado e individualizado, para que cada criança possa encontrar resposta à sua individualidade e à sua diferença. A integração pressupõe, assim, a utilização máxima dos aspetos mais favoráveis do meio para o desenvolvimento total da sua personalidade.

“A criança deve ser educada no meio menos restritivo possível, para que este meio possa responder satisfatoriamente às suas necessidades educativas, fornecendo-lhe o apoio educativo imprescindível à superação do seu problema” (Correia, 1992, citado por Correia, 1997).

As classes especiais e outras formas de segregação só deverão ser utilizadas quando as necessidades da criança não possam ser satisfeitas num meio que inclua crianças “normais”, ainda que com recurso a apoios e serviços suplementares. Segundo Correia (1999, p.20), “o conceito de integração consiste apenas no reconhecimento do direito que assiste ao aluno de frequentar a escola regular e quando a prática de integração se concretiza, apenas, na sua colocação na escola, isto é, se a integração física não estiver articulada com a necessária integração social e académica, tal prática é falaciosa e irresponsável”.

Como afirmam Cruickshank & Lovitt 1983, citado por (Correia. L. M, 1997) muitos professores carecem de formação necessária para enfrentar a integração. São grandes as responsabilidades atribuídas ao professor do ensino regular: espera-se que este aplique e desenvolva atividades de ensino individualizado junto da criança com necessidades especiais, mantenha um programa eficaz para o resto do grupo e colabore na integração social da classe. “Sem a formação necessária para responder às necessidades educativas destes alunos, não conhecendo muitas vezes a natureza dos seus problemas e as implicações que têm no seu processo educativo, os professores do ensino regular não lhes podem prestar o apoio adequado”.

Estudo realizado revela que um número considerável de professores do ensino regular concorda que a integração exerce um efeito positivo sobre a criança com necessidades especiais (como, por exemplo, ganhos sociais consideráveis e autoconceitos mais positivos). “Porém, quando a integração não acontece, os alunos podem manifestar atitudes negativas quanto aos ganhos académicos: a sensação de falta de tempo para o seu acompanhamento individualizado e a ausência de serviços de apoio e de programas de formação para ensinar eficazmente” (Correia L.M, 2013).

Segundo os autores, Boatwright (1993), Alper & Ryndak (1992), citado por Correia (1997) a inclusão significa atender o aluno com necessidades especiais, incluindo aquele com NEE severas, na classe regular com o apoio dos serviços de educação especial “Isto quer dizer que o princípio da inclusão engloba a prestação de serviços educacionais apropriados para toda a criança com necessidades especiais, incluindo as severas, na classe regular”. A inclusão baseia-se, portanto, nas necessidades da criança, vista como um todo, e não apenas no seu desempenho académico, comparado, ainda por cima, tantas vezes, com o desempenho académico do “aluno médio”.

Chambal, Rafante & Selingardi 2015, citados por Miúdo (2019) “O princípio da inclusão apela, assim, para uma escola que tenha em atenção a criança-todo, não só a criança-aluno, e que, por conseguinte, respeite três níveis de desenvolvimento essenciais: o académico, o sócio emocional e o pessoal, de forma a proporcionar-lhe uma educação apropriada, orientada para a maximização do seu potencial” logo, “toda a inclusão pressupõe apoios educativos estes destinam-se a munir o aluno com necessidades especiais com um role de competências que possam contribuir para a sua inserção futura na sociedade, autonomizando e responsabilizando-o” considera que numa escola inclusiva, o papel dos apoios educativos é fundamental, uma vez que irão permitir que os objetivos das planificações individualizadas sejam alcançados”(Correia, 2013,p. 53).

Além disso, a Declaração de Salamanca, aprovada na Conferência Mundial de Educação Especial em 1994, passou-se a considerar a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares como forma mais avançada de democratização das oportunidades educacionais, na medida em que maior parte dessa população não apresenta nenhuma característica intrínseca que não permita tal inclusão”, (Organização, 1994) Em Angola, desde então, adotou-se a Declaração de Salamanca, na qual cada criança tem direito à educação e deve ter a oportunidade de atingir e manter um nível aceitável de aprendizagem e potencial as capacidades, necessidade ou interesse de aprendizagem própria.

Portanto, a percepção de que diferenciação não é “de igualização” de metas; situa-se antes no plano dos processos de aceder e construir as aprendizagens de todos, para o que há que aprofundar os conhecimentos e métodos do trabalho didático e a organização do desenvolvimento do currículo (Roldão, 2010).

A “diferenciação é a forma de dar resposta proativa do professor face às necessidades de cada aluno” “é a partir de um currículo planificado, flexível e livre em parte da escola pelo professor, opcional com objetivos em si mesmo e pode ser adequado à multiplicidade de alunos da escola unificada” cit. in Cunha, A. (2010).

Neste sentido, a flexibilidade do currículo e a diferenciação curricular são conceções interligadas, isto é, não pode haver diferenciação se não existir flexibilidade curricular. Segundo (Madureira & Leite, 2003). “um currículo aberto possibilita constituir de forma flexível a estrutura e a sequência das aprendizagens o processo de ensino a desenvolver para atingir essas mesmas aprendizagens”. Assim sendo, concluímos que só através de um currículo aberto e flexível, os professores poderão realizar as adequações necessárias, dando abertura as aprendizagens consideradas socialmente significativas para uma determinada população. Tendo em conta as atividades que o aluno alcança em sala de aula com os seus pares, o emprego da diferenciação pode ajudar na admissão ao currículo comum e, logo, este obter habilidades no final de cada ano letivo. A adaptação curricular constitui um itinerário de acesso ao currículo, assinalada como um meio de edificação de carris, que possibilitam ao indivíduo aceder aos seus saberes educativos. Deste modo, esta deve ter em conta as diferenças existentes entre os alunos que são do encargo da instituição e dos vários agentes educativos.

DIFERENCIAÇÃO CURRICULAR

A diferenciação curricular não só permite mudanças ao aluno, bem como a adaptação do currículo e de habilidades em diferentes níveis no processo educativo (Alves, 2000). A diferenciação curricular demonstra mudanças nos procedimentos metodológicos e na avaliação, pressupondo que os alunos têm um percurso idêntico nas suas escolhas, prosseguindo com caminhos diferentes para que possam atingir e/ou potencializar a sua aprendizagem.

Sousa (2010) A diferenciação curricular é aquela que se adapta ao currículo de cada aluno, com o objetivo de maximizar as oportunidades para o sucesso escolar esta adaptação permite incluir todos os níveis desde o micro-curricular, e que não se delimita a uma diferenciação de estratégias de ensino visando a consecução de determinados objetivos, cuja seleção não se questiona”.

No nosso entender, enquanto estiverem ativos, os professores devem praticar a diferenciação curricular na sala de aula no momento da seleção de alguns conteúdos e administrarem criticamente o currículo comum, argumentando os significados do mesmo, para que os alunos em concreto possam fazer uma abordagem em função da mesma diferenciação curricular, sendo um fenómeno que ocorre

a diversos níveis. Seja qual for o grau de ajustamentos curriculares a serem realizados dentro da sala de aula, estes serão permanentemente um meio para alcançar individualmente cada um.

Segundo Leite (2010, p. 12) “a gestão do currículo de forma flexível consiste em adequar o currículo nacional nos diferentes contextos em que é trabalhado (como o sistema de ensino, a região, a classe e o aluno). O currículo deve ser trabalhado de forma gradual, tendo em conta a diferenciação curricular e partindo do geral e habitual que se vai adaptando ao particular, da forma mais acertada. Deste modo, a tomada de decisões curriculares não são só da responsabilidade dos serviços centrais, das escolas, dos professores, mas também de outros agentes educativos”.

Portanto, compreendemos que a diferenciação curricular é aquela que passa pela capacidade dos profissionais educativos e pelas próprias instituições de ensino assumirem a responsabilidade da adequação e da administração do currículo no contexto. Esta adequação pode resultar na diferenciação de percursos curriculares, em concordância com o ponto de partida da comunidade que servem, atendendo o ponto de chegada, tanto quanto possível igual para todos, garantindo, assim, a popularização no ensino. Deste modo dizemos que diferenciar é aprender em conjunto e em situações reais de aprendizagem, de forma cooperativa e responsável. É, também, envolver os alunos na construção das ciências a realizar. De igual modo, é dar abertura à escola para uma socialização do saber entre professores e alunos e torná-la de todos e para todos.

Assim sendo, nesta secção apresentamos uma perspetiva crítica dos dados recolhidos através do estudo de natureza qualitativa, que foi orientado pelas questões e objetivos formulados. Com ela, para tal, definimos três categorias emergentes: (1) avaliação nas aprendizagens (2) inclusão no passado vs inclusão no presente e (3) diferenciação de currículo. Relativamente à primeira categoria, a avaliação nas aprendizagens, esta centra-se na avaliação dos alunos com necessidades educativas que devem ser realizadas de forma inclusiva e adaptada às suas características individuais. “Para melhor criar uma comunidade que acolhe abertamente todas as pessoas, seja qual for o seu país, e sua cultura de origem, segue-se uma educação integrada para todos, tal como se proclama com veemência na Declaração de Salamanca o acesso e qualidade que foi organizada pela UNESCO em 1994.

Contudo, adotamos e colocamos numa tabela os critérios de avaliação a serem considerados.

Tabela 1- Critério de avaliação

De forma individualizada	De forma colaborativa
Deve fazer-se uma avaliação que se adequa às características pessoais de cada um dos alunos	Que os alunos se ajudem mutuamente
Que se promova a autonomia da aprendizagem	

Fonte: autores, Graça Luanda, Maria Teixeira, Paula Miúdo

“De facto, uma turma formada a partir de critério da heterogeneidade, de modo a refletir a diversidade da sociedade é mais inclusiva que outra formada por critério de homogeneidade” Relativamente a segunda categoria, “inclusão no passado vs no presente”, a “inclusão no passado, especialmente no que diz respeito à inclusão de pessoas com deficiência, foi tratada de maneiras diversas ao longo da história. Historicamente, considerando-as incapazes de participar plenamente de vida social, económica, política. No entanto, ao longo do tempo, levantaram-se vozes que questionaram e desafiaram essas visões discriminatórias. Nos séculos XVII e XVIII, os deficientes eram internados em asilos, hospícios ou prisões, muitas vezes tratados como criminosos por se considerar que a deficiência era reflexo de uma falha moral grave do indivíduo ou dos pais. Nestas instituições, os deficientes jovens cresciam juntos com idosos, marginais e indigentes, não lhes sendo prestado

qualquer atendimento especial” (Madureira & Leite, 2003) Nisto, das vozes que aclamavam pela inclusão, foram-se registando e sendo ouvidas, até que a sociedade começou a prestar mais atenção às pessoas com necessidades educativas especiais.

Peixoto (2021) explica que “em Portugal, as questões sobre as Necessidades Educativas Especiais começaram a ter uma maior relevância e um maior debate e atenção, a partir da década de 70 e 80, sobretudo através da “Constituição da República Portuguesa (1976), da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 46/ 1986) e Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (Lei nº8/1989)”.

Em Angola, a deficiência era explicada através de causas sobrenaturais. O nascimento de uma criança com o Síndrome de Down ou uma deficiência física, por exemplo, era denominada por “Sereia”, vista como sendo causada pela cólera dos espíritos ancestrais, que têm de ser acalmados com a prestação de homenagem a esses espíritos na margem do rio, ou na sombra de uma árvore através de rituais praticados na região (Instituto Nacional para a Educação Especial/INEE, 2006).

A implementação do Decreto Lei de nº 13/20 de 31 de dezembro Lei de Base do Sistema de Educação (2001), artigo 1º, que se aplica aos alunos com Necessidades Educativas da Educação Pré-escolar, do Ensino de Primário e do Iº e IIº Ciclo do Ensino Secundário e no Ensino Superior em Angola. A Educação Especial passou a ser vista como “uma modalidade transversal a todos os subsistemas de ensino e é destinada aos indivíduos com necessidades educativas, que são educandos com deficiência, transtornos de desenvolvimento ou aprendizagem e os educandos com altas habilidades ou sobredotados, visando a sua integração socioeducativa”.

Atualmente, a inclusão é vista como um princípio fundamental em direito básico de todos os indivíduos. Ela baseia-se na ideia de que todas as pessoas independentemente das suas características devem ter acesso igualitário a oportunidades, recursos e participação plena na sociedade. No entanto, apesar dos avanços significativos ainda existem desafios a serem superados para alcançar uma inclusão plena em todas as áreas da sociedade. A consciencialização, a educação e o engajamento contínuos são essenciais para se criar uma cultura inclusiva e garantir que todos os indivíduos gozam dos mesmos direitos e a sua dignidade é respeitada.

Por último, a diferenciação curricular refere-se à prática do currículo escolar adaptado para que possa atender as necessidades de cada aluno. Há diferentes formas de se aplicar o currículo na sala de aula, como estratégias para se alcançar os objetivos esperados. Criamos, assim, uma tabela, que apresenta diferentes aplicações usadas em diferentes espaços ou esferas de diferenciação curricular a serem feitas nas salas de aula.

Tabela 2- Formas de diferenciação Curricular

Conteúdo Diferenciado	-Oferecer diferentes níveis de complexidade e profundidade dos conteúdos, isso ira permitir que o aluno avance ao seu próprio ritmo
-----------------------	---

Processo Diferenciado	Adaptar estratégias de ensino e abordagens de aprendizagem para entender as necessidades individuais.
Avaliação Diferenciada	-Permitir que os alunos demonstrem as suas aprendizagens de maneira diferente. -Envolvê-los em diferentes atividades de avaliação: testes, projetos, apresentações orais e portfólios
Ambiente Diferenciado	-Criar um ambiente na sala de aula que acomoda as necessidades de todos os alunos - Incluir o uso de recursos adaptados, materiais de apoio, tecnologia assistida e áreas de trabalho flexível.

Fonte: autores, Graça Luanda, Maria Teixeira, Paula Miúdo

Nisso, dizemos que, a diferenciação curricular é uma abordagem inclusiva que busca atender à diversidade dos alunos, proporcionando-lhes oportunidades de aprender e de alcançarem seus potenciais máximos. Importa que os professores tenham conhecimentos sólidos sobre as necessidades individuais dos seus alunos e apliquem diferentes estratégias, de maneira a adequar e a promover um ambiente de aprendizagem eficaz e inclusivo.

CONCLUSÃO

Com a realização desta pesquisa, conclui-se que os temas como avaliação, inclusão e diferenciação curricular são componentes que se integram no desenvolvimento cognitivo e na participação de todos os alunos, em particular dos que apresentam necessidades educativas. A inclusão de alunos com necessidades educativas é uma abordagem fundamentalmente importante e recompensadora para a sociedade como um todo em particular a sociedade angolana. Ao promover a igualdade de oportunidades e o respeito pela diversidade, a inclusão educativa busca garantir que todos os alunos, independentemente das suas habilidades, tenham acesso a uma educação de qualidade.

O presente artigo leva-nos à reflexão de paradigmas de avaliação da diferenciação curricular e da inclusão de alunos com necessidades educativas em Angola em participar ativamente dos espaços educacionais e contribuir para a mudança de um ensino de qualidade e de equidade. Existe uma necessidade intrínseca e uma preocupação educacional em elevar os padrões de ensino da nossa educação á alunos com NEE.

Além disso, a inclusão beneficia não apenas os alunos com necessidades educativas, mas também os seus colegas de turma. Ao compartilhar experiências e ao aprender juntos, os alunos desenvolvem empatia, compreensão, respeito pelas diferenças, preparando-os assim para uma sociedade mais inclusiva e tolerante. É fundamental que o governo angolano, as escolas, os pais, as famílias e a comunidade em geral trabalhem em conjunto para promover a inclusão de alunos com necessidades educativas. As sociedades hoje estão mais exigentes e críticas à área da educação, existem alterações nesta sociedade que se denomina de sociedade do conhecimento, e se queremos partilhar um sucesso temos de envolver todos a fazerem parte como agentes transformadores. Portanto, o tratamento do tema não se esgota na reflexão aqui feita, uma vez que todos os trabalhos nunca são totalmente terminados mais sim continuados para serem discutidos. É o caso desta investigação.

REFERÊNCIAS

- Alarcão, I. (2018). *Livro de Resumo do I Encontro de “Supervisão na vida das Escolas” II Seminário Internacional de Educação em Ciências*. (1st ed.). Universidade de Aveiro/CIDTFF.
<https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/6337/1/1%20Encontro%20Supervis%C3%A3o%20e%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%20na%20Vida%20das%20Escolas%20E2%80%93%20e%209%20de%20junho%20>
- Alves, J. M. (2000). Relatório Mundial sobre a Educação- O Direito á Educação. Uma Educação para Todos Durante a vida. *Unesco Relatório Mundial Sobre a Educação 2000*.
https://scholar.google.com/scholar?lookup=0&q=Relat%C3%B3rio+Mundial+sobre+a+Educa%C3%A7%C3%A3o+O+Direito+%C3%A1+Educa%C3%A7%C3%A3o.+Uma++Uma+Educa%C3%A7%C3%A3o+para+Todos+Durante+a+vida&hl=pt-PT&as_sdt=0,5
- BRANCH, E. C. N. (n.d.). *Política Institucional de Inclusão de estudantes com necessidades específicas do Instituto Federal de Educação. Ciência e Tecnologia do Pará-Campus Tucuruí*. [Dissertação de Mestrado, Universidade UFRRJ INSTITUTO DE AGRONOMIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA]. Retrieved January 19, 2025, from <https://tede.ufrrj.br/bitstream/jspui/2405/2/2017%20-%20Elizabeth%20Cristina%20Nascimento%20Branch.pdf>
- Chambal A. L., Heulália, H. C., & Selingardi, S. C. (2015). A educação especial em Angola, Moçambique e Brasil: marcos históricos e a política de educação inclusiva das agências multilaterais. *Crítica Educativa*, , 1(nº 2), 7–23.
<https://doi.org/https://doi.org/10.22476/revcted.v1i2.52>
- Correia L.M. (2013). *Inclusão e Necessidades Educativas Especiais, um guião para os professores* (2nd ed.). Porto Editora.
- Correia.L.M. (1997). *Alunos com Necessidades Especiais nas Classes Regulares*.
- Cunha, A. da, M. (2010). *O Currículo e as Necessidades Educativas Especiais Prática de adequação curricular no Terceiro ciclo* [Mestrado, Universidade de Lisboa. Escola Superior de Educação].
<https://repositorio.ipl.pt/entities/publication/eece8bee-4d2f-4442-9c21-e8307794f912>
- Freire, S. (2008). Um olhar sobre a Inclusão. *Revista Da Educação* , 15(0871–3928), 5–20.
<https://doi.org/http://hdl.handle.net/10451/5299>
- Hadji, C. (2001). *Avaliação Desmistificada. In Avaliação Desmistificada* [Master`s thesis, Universidade de Porto Alegre. Repositório da Universidade de Porto Alegre.].
- Larrosa B. J., Cardello, C. G. L., & Fischer, R. M. B. (2004). A operação ensaio: sobre o ensaiar e o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida. *Educação e Realidade. Educação & Realidade*, 29(nº1), 27–43.
<http://hdl.handle.net/10183/257437>
- Lei de Nº13/20 de 31 de Dezembro de Base Do Sistema de Educação (2001).
- Lei Nº 20/30 de 12 de Agosto. Lei Que Altera a Lei Nº 17/16, de 7 de Outubro de (2020) Lei de Base de Sistema de Educação e Ensino, Diário da República: I Série nº.123 (2020).
- Leite, T. (2010, October). Diferenciação Curricular na resposta ás necessidades educativas Especiais dos alunos: III Seminário de Educação Especial. *III Seminário Da Educação Inclusiva Universidade Lusófona, Outubro de 2010*.
- Loureiro, M. J. (2013). Sistemática de Literatura sobre STUDY SKILL . *Internet LATNT CORPUS JOURNAL*, 3 Nº 1(2), 44–44.
<https://doi.org/https://doi.org/10.34624/ilcj.v13i2.31194>
- Luanda, G. (2018). *A Inclusão dos alunos com Problemática Motora Numa Escola do Leste de Angola*. [Tese de Mestrado, Repositório Institucional Politécnico de Beja]. <https://repositorio.ipbeja.pt/entities/publication/1424ca50-17bd-474b-8c46-f13ce0152004>
- Madureira, I. P., & Leite, T. S. (2003). *Necessidades Educativas Especiais* [Tese de Mestrado, Universidade Aberta de Lisboa]. https://www.researchgate.net/profile/Isabel-Madureira/publication/330442343_NECESSIDADES_EDUCATIVAS_ESPECIAIS_Universidade_Aberta/links/5c40656b458515a4c72c3710/NECESSIDADES-EDUCATIVAS-ESPECIAIS-Universidade-Aberta.pdf

- Miúdo, P. R. (2019). *Política Educativas para Inclusão de Estudantes com NEE no Ensino Superior em Angola- O Caso da Universidade Lueji A 'konde* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro. Repositório Institucional de Aveiro.]. https://ria.ua.pt/browse?type=author&value=M%C3%BAdo%2C+Paula+Rosa&value_lang=pt_PT
- Organização. (1994). Conferência Mundial de Salamanca Educação Especial: Declaração de Salamanca. *De Salamanca Conferência Mundial de Educação Especial*.
- Peixoto, M. F. S. (2021). *O sentido espacial na Educação Pré-Escolar e no 1.º ano de escolaridade* [Relatório de Estágio Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Universidade do Minho]. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/77940/1/Maria%20de%20Fatima%20de%20Sousa%20Peixoto.pdf>
- Perrenoud, P. (1999). *Avaliações em Educação: novas perspectivas* [Tese de Mestrado, Universidade de Lisboa, Repositório Institucional da Universidade de Lisboa.]. https://scholar.google.com/scholar?hl=pt-PT&as_sdt=0%2C5&q=Avalia%C3%A7%C3%B5es+em+Educa%C3%A7%C3%A3o+novas+perspetivas&btnG=
- Rodrigues, V. (2004). Salamanca, Espanha, 7-10 de Junh. *Revista Do Centro de Educação Especial*, 23(3), 9. <https://doi.org/DOI:10.5902/1984686X>
- Roldão, M. C. (2010). A Função Curricular da Escola e o Papel dos Professores: Políticas, Discursos e Práticas Contextualização e Diferenciação Curricular. *Nuances: Estudos Sobre a Educação*, 17(n. 18), 10–10. <https://doi.org/https://doi.org/10.14572/nuances.v17i18.767>
- Sousa, F. (2010). *Diferenciação Curricular e Deliberação Docente*. (Porto Editora, Ed.; BN). Porto: Porto Editora .
- Stainback, S. , & S. W. (1999). (1999, Abril). Inclusão um guia para o educador. *Declaração de Salamanca, Linha de Ação*.

Submetido em: 01/09/2023

Revisões requeridas: 25/01/2024

Aprovado: 24/01/2025

Publicado em: 28/01/2025